



Reflexões acerca da experiência do Estágio Supervisionado em Educação Infantil

Scarlett O'hara Costa Carvalhoⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Vitória Chérida Costa Freireⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

A educação infantil é um tema de suma importância na formação dos futuros professores, tendo como base esse pressuposto, esse trabalho pretende expor a experiência com a Educação Infantil durante o período do estágio supervisionado, conteúdo curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96. A pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, foi realizada em uma escola pública do município de Fortaleza e utilizou como procedimentos de investigação, entrevistas semiestruturadas com a diretora da escola e com a professora da turma do Infantil V, além de observação e uma pesquisa teórico-bibliográfica acerca da legislação, em especial, a LDB 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Constatou-se que o estágio é o momento de compreender a prática docente, bem como de refletir acerca da relação teoria e prática.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação Infantil. Formação Docente.

Reflections about Experiencing the Supervised Internship at preschool

Abstract

Preschool education is a topic of paramount importance in the training of future teachers, based on this assumption, this work intends to expose the experience Preschool during the period of the supervised internship, curricular content of the Pedagogy course at Ceará State University (UECE) and foreseen in the Law of Directives and Bases of Education (LDB) 9.394 / 96. The research, with a qualitative approach, of the case study type, was carried out in a public school in the city of Fortaleza and used as investigation procedures, semi-structured interviews with the school principal and the teacher of the Infantil V class, in addition to observation and a theoretical-bibliographic research about the legislation, especially LDB 9.394 / 96 and the National Curriculum Guidelines for Early Preschool. It was found that the internship is the time to understand teaching practice, as well as to reflect on the relationship between theory and practice.

Keywords: Supervised internship. Preschool. Teacher training.

1 Introdução

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2020

DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i1.3510>

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>

ISSN: 2675-519X



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



Ao possibilitar a interação com o campo de atuação, o estágio supervisionado caracteriza-se como um momento indispensável na formação, pois é importante para evidenciar a articulação da teoria com a prática (PIMENTA; LIMA, 2008). Esta atividade formativa proporciona a experiência nas diversas situações de ensino- aprendizagem e nos desafios da formação docente.

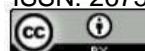
2

O estágio supervisionado oferta conhecimentos e possibilidades para o aluno conhecer e refletir sobre o exercício da atividade docente e o ensinar e aprender (PIMENTA; LIMA, 2008). O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório e previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96. Sabendo disso, o presente trabalho tem como objetivo expor a experiência com a prática da Educação Infantil durante o período do estágio supervisionado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Diante disso, questionou-se como ocorre a prática do estágio supervisionado em educação infantil?

Dessa forma, o artigo abordará as diretrizes norteadoras da educação infantil na legislação educacional brasileira, bem como a experiência no estágio supervisionado em educação infantil e findará com algumas considerações retomando o objetivo proposto, compilando as principais ideias, bem como incentivando novas reflexões.

2 Metodologia

A pesquisa, de abordagem qualitativa (MINAYO, 1994), do tipo estudo de caso (YIN, 2001) foi realizada em uma escola pública do município de Fortaleza e utilizou como procedimentos de investigação, entrevistas semiestruturadas com a diretora da escola e com a professora regente da turma do Infantil V, além de observação e uma pesquisa teórico-bibliográfica acerca da legislação, em especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.





O acesso à escola foi realizado mediante prévia autorização, por parte da gestão, após análise da carta de apresentação e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que apresentava os objetivos da pesquisa.

3 Resultados e Discussão

3

Efetivamente, a educação infantil passou a ganhar mais espaço, por força de lei, a partir da Constituição Federal de 1988. O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças é afirmado na referida Constituição com o reconhecimento da educação infantil como dever do Estado (BRASIL, 1988).

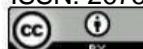
Ainda no que concerne a legislação, o texto do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB n.20/2009) que tratou da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL/ MEC/CNE, 2009), relata que o campo da educação infantil

Vive um intenso processo de revisão de concepções acerca da educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças (CNE/CEB n. 20/2009)

Comungamos com a resolução acima no sentido de fortalecer as práticas pedagógicas e em congruência Mororó (2017) assevera que é importante possibilitar a relação da teoria com a práticas aos professores, bem como a organização da sua ação educativa para compreensão da sua própria prática pedagógica.

No que concerne as modalidades de ensino a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 no Capítulo I do título V em seu Art. 21 dispõe que a educação escolar se constitui de: I - Educação básica: formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e II - Educação superior. Diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, conceituaram a Educação Infantil como sendo a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial,





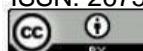
regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010)

Baseados nessa premissa de responsabilidade do Estado tentaremos agora confrontar as disposições legais concernentes a educação infantil ao que se passa no chão da escola, isso amparados pela experiência, ainda enquanto aluna de graduação, realizada em um estágio supervisionado em educação infantil numa escola pública do município de Fortaleza, com alunos do Infantil V.

O estágio do curso de Pedagogia da UECE é dividido em educação infantil, ensino fundamental e gestão e ocorre nos últimos semestres da graduação. A carga horária é dividida em aulas teóricas, na própria universidade, e práticas, na escola. O estágio é subdividido em observação, acompanhamento da prática docente, planejamento e atuação do aluno.

A escola em que o estágio foi realizado foi fundada no ano de 1958 e atende da Educação Infantil (Infantil IV) ao 9º ano do Ensino Fundamental e a noite atende o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A maior parte dos alunos matriculados é pertencente à comunidade e bairros adjacentes. Em relação à sua infraestrutura possui uma biblioteca com um grande acervo de livros, laboratório de informática, auditório, cantina, sala de professores, secretaria, coordenação, quadra poliesportiva e sala de direção. Vale ressaltar que apesar de ser uma escola grande e referência no bairro, esta instituição, não teve muitas reformas, no que se refere à estrutura física, principalmente no que diz respeito à acessibilidade. Uma das dificuldades encontradas está relacionada as questões estruturais (VASCONCELLOS; BERNARDO,2016).

Ainda sobre a estrutura da instituição, o espaço mais prejudicado é o da educação infantil, pois as crianças têm apenas um corredor para brincar, o parquinho foi desativado porque os brinquedos estavam enferrujados. O espaço na sala de aula é insuficiente para a demanda de alunos. A sala é pequena, quente, sem espaço para fazer uma atividade diferenciada com as crianças. Até mesmo uma simples roda de conversa é difícil. Durante





as brincadeiras era preciso afastar a mesa da professora, tirar algumas cadeiras para que as crianças pudessem pegar a caixa de brinquedos que ficava no canto da sala e para que elas também pudessem se movimentar livremente. Ainda no espaço da educação infantil, há um pequeno pátio, com um bebedouro e dois banheiros. A professora relatou que as crianças precisam muito do parquinho e de outras atividades para “extravasar energia, mas por enquanto só tem o corredor mesmo, todo o recreio deles é correndo para um lado e para o outro”. E ela vai buscando propor atividades dentro da sala de aula para suprir essa carência, procurando oportunizar a interação e participação das crianças (FANTIN, 2017).

Ao entrevistar a diretora, esta relatou que assumiu essa função após ter cumprido oito anos na condição de coordenadora, efetivada por meio de seleção pública estadual. Sua intervenção baseia-se em “focar na aprendizagem; gerenciar os recursos financeiros da escola juntamente com o conselho escolar; atender a comunidade escolar e acompanhar o trabalho pedagógico”. Embora todas as competências supracitadas sejam inerentes à direção, constatou-se que diversas outras atribuições que fogem à sua alcada são cumpridas, talvez pela grande carga de compromissos gerados na escola. Observou-se que a gestão se mostra presente e participativa, entretanto, fica sobre carregada, como foi observado, por exemplo ocasiões nas quais a merendeira faltava e a diretora ia para a cantina servir o lanche. Na hora da entrada e da saída, ela sempre estava no portão esperando os alunos. Caso o professor faltasse, ela assumia sala de aula. Logo, são muitas atribuições, para além da própria gestão (LÜCK, 2009).

No que concerne a gestão, sabe-se que um documento norteador para as práticas pedagógicas da escola é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que de acordo com Veiga (1998, p. 11)

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola

E de acordo com o PPP da instituição seu objetivo é:



Realizar um trabalho em equipe, pautado no profissionalismo ético e no respeito às necessidades da comunidade a que servimos, de forma a assegurar ao aluno um ensino efetivo e instrumentalizando-o para atuar criticamente na sociedade.

Sobre este documento a diretora relata que “o PPP serve para nos orientar e é um trabalho em equipe, a escola e a comunidade, é preciso ter compromisso”, dessa forma como assevera Lima; Santos (2018) é importante estimular e desenvolver o respeito mútuo.

A fim de atender as melhorias da escola, este PPP passa por reformulações anuais, fazendo avaliações sobre o desenvolvimento das metas elaboradas, com intuito de atender as necessidades e as demandas que vão surgindo no decorrer ano. No que concerne ao currículo da escola, os conteúdos têm como embasamento, propor conhecimentos que estejam contextualizados com a realidade da comunidade escolar, para que isso ocorra, a diretora enfatiza que “a avaliação acontece de forma contínua, processual e classificatória, visando à qualidade dos conhecimentos adquiridos pelos discentes”. Mas como alerta Veiga (1991, p. 82) “uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto”.

Depois desse breve panorama acerca da gestão, nosso relato segue para a turma observada. A turma do infantil V possui em média 20 (vinte) alunos, no entanto, a média de crianças que frequentam não ultrapassa 15 (quinze). Entretanto, 15 alunos já são suficientes, tendo em vista as condições da sala de aula. Quando questionada sobre a frequência dos alunos, a professora relatou:

“É muito difícil vir os 20, o máximo são uns 15, isso porque as crianças ficam doentes com frequência e tem também os pais que não se preocupam com a regularidade diária dos filhos. E quando mandam as crianças é sem o material, sem o fardamento, essas coisas”.

Depreende-se a partir da fala da professora uma certa ausência de acompanhamento dos pais para com os filhos. Quanto a esse fato, a legislação, no Art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 deixa claro que “é dever



dos pais ou responsável matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino" (BRASIL, 1990). Importa destacar que não só simplesmente matricular e sim desenvolver essa relação com a escola. Nesse sentido, a legislação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 em seu Art. 29, dispõe que:

7

"A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Logo, as trocas afetivas são uma extensão da família exercidas no âmbito da escola. Sobre o período de observação, salienta-se as atividades desenvolvidas pela professora. A professora levava algumas atividades que envolviam o alfabeto, outras os numerais, apenas de 0 a 10. Atividades para associar com o cotidiano, por exemplo, que tratasse de higiene pessoal, mas teve uma atividade com o uso do alfabeto que chamou bastante atenção. *"Que letra vem depois?"* era o nome da atividade. A professora falava o que as crianças tinham que desenhar com as letras do alfabeto. Ela dizia: "Com a letra A, tem abacate, avião, abelha". Já não bastava ela dizer o que começava com a letra "A", ela fazia os desenhos na lousa. E algo que chamou atenção, foi quando um aluno se aproximou da professora para mostrar o desenho e ela simplesmente brigou com o aluno, porque este pintou o abacate de azul. O abacate tinha que ser verde. Assim, como a abelha tinha que ser amarelo com preto. Essa atitude da professora nos relembraria a educação bancária de Freire (2005) em que apenas o professor é o detentor do conhecimento e há uma imposição em relação ao aluno. Dessa forma, é pertinente observarmos a postura do professor para compreendermos os sentidos e significados de como este se desenvolve e realiza seu trabalho (SOUZA; MARQUES, 2019)

Nas observações percebemos a necessidade de movimentos, de correr, pular e brincar da maioria das crianças, de uma brincar mais significativo, pois na sala de aula possuía apenas alguns brinquedos que não eram novos, sentimos falta também de uma leitura mais envolvente, pois após o recreio, as crianças já vinham agitadas e





principalmente as atividades rotineiras de contação de histórias acabavam por entediá-las, ocasionando a falta de atenção nas atividades.

Já no momento de planejamento, ao elaborar essas atividades e pensar em todos os fatores, alguns questionamentos surgiram: se eles iriam gostar, se iam se dispersar, se ia conseguir prender a atenção deles. Mas, o principal seria não fazer atividades longas e enfadonhas, porque em atividades longas as crianças perdem a atenção, o foco no que está sendo trabalhado, acabando por não ser proveitosa.

Desse modo, as regências elaboradas foram baseadas na proposta de sequências didáticas proporcionando as crianças a vivenciarem diversas experiências com metodologias dinamizadas, a fim de favorecer aos demais uma aprendizagem significativa. A sequência de atividades pode ser tão rica, contextualizada e significativa quanto um projeto. As experiências que as crianças vivenciaram por meio delas as levaram ao conhecimento sobre si e o respeito ao próximo, mediante jogos e brincadeiras cooperativas, como está no artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

Toda atividade que envolve jogos, em especial aquelas realizadas com a participação de outras pessoas, exigirá a presença de regras, para o bom funcionamento do jogo, o respeito às regras acaba sendo de grande valia. O respeito às regras do jogo, ajudará a criança a internalizar o valor do respeito, das regras, da convivência com outros, pois caso haja a quebra de alguma regra comprometerá a continuação da brincadeira, a geração de conflito que poderá ser um momento para a mediação do professor, que nessa situação-problema, ajudará a criança a entender a importância do trabalho com os outros, da cooperação. Acredita-se que atividades de interação com os colegas, como no caso





do jogo e das brincadeiras, ajudará a criança a sair da fase egocêntrica, característica dessa fase do desenvolvimento (PIAGET, 1967).

Por fim, o período de formação inicial vivenciado na escola, por meio do estágio supervisionado, ajudou a compreender como é urgente a necessidade de uma boa formação inicial e continuada no magistério (JUNGES; KETZER; OLIVEIRA, 2018). Durante esse tempo, de fato percebeu-se a necessidade de sempre estarmos avaliando e refletindo nossa prática.

4 Considerações finais

A educação infantil é um tema de suma importância na formação dos futuros professores e a partir da experiência do estágio supervisionado nesse âmbito pode-se refletir mais sobre a formação docente que é vivenciada na universidade. Assim, este trabalho teve como objetivo expor a experiência com a prática da Educação Infantil durante o período do estágio supervisionado do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Partindo da problemática de como ocorre a prática do estágio supervisionado em educação infantil? Percebeu-se que o estágio é o momento que o aluno tem o contato com a realidade da escola, servindo como uma oportunidade de articular a teoria vista em sala de aula com a prática docente. O estágio do curso de Pedagogia da UECE ocorre nos últimos semestres da graduação e sua carga horária é dividida em aulas teóricas, na própria universidade, e práticas, na escola. Na escola ocorrem os momentos de observação, de acompanhamento da prática docente, de planejamento e de atuação do aluno.

Compreendeu-se durante as regências que mesmo sendo um processo reflexivo e de grande importância planejar as atividades, nem sempre o que se programa nos planejamentos realmente pode ser efetivado, devido a ocorrência de imprevistos e que toda atividade realizada em sala de aula deve ter como parâmetro a aprendizagem das crianças (LIMA; SANTOS, 2018). Dessa forma, percebeu-se que toda a teoria vista





durante a graduação, torna-se inviável sem a prática, assim como a prática não teria fundamento sem a teoria. Salienta-se que teoria e prática são indissociáveis para o desenvolvimento do educando (VASCONCELLOS; BERNARDO, 2016). Logo, o estágio é o momento de fazer essa reflexão. E sabe-se que apesar de alguns avanços nos campos normativo e legislativo, especificamente em relação a LDB 9394/96, ainda verificamos grandes desafios a serem enfrentados para a efetivação deste importante direito público que é a Educação Infantil. Para isso, faz-se necessário investir na qualidade da educação básica, com ênfase na Educação Infantil. É preciso que sejam repensadas as prioridades na aplicação dos escassos recursos públicos na educação.

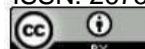
Por fim, o estudo permitiu ampliar a compreensão acerca do campo do estágio supervisionado e da formação docente. Dessa forma, ressalta-se que essa pesquisa, por se tratar de um estudo de caso, possui a limitação de não poder ser generalizada, no entanto, é relevante porque seus resultados colaboram para a compreensão desse campo, principalmente para alunos que estão em formação. Nesse sentido, importa destacar que essa é uma temática importante e muito ampla e não pretendemos aqui apresentar uma resposta, e sim, buscamos incentivar novas pesquisas.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB) de 26 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 92 p. – (Série fontes de referência. Legislação ; n. 36) Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm





BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

BRASIL/MEC/CNE. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf

11

FANTIN, Monica. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 87-100, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/161> Acesso em: 30 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JUNGES, Fábio César; KETZER, Charles Matin; OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu de. Formação continuada de professores: Saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 88-101, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/858> Acesso em: 30 mar. 2020.

LIMA, Juliana dos Santos; SANTOS, Gilberto Lima dos. Valores, educación preescolar y desarollo moral: concepciones de docentes. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 153-170, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/275> Acesso em: 30 mar. 2020.

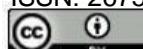
LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORORÓ, Leila Pio. A influência da formação continuada na prática docente. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 36-51, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/122> Acesso em: 30 mar. 2020.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1967

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.





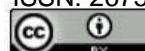
SOUSA, Elayna Maria Santos; MARQUES, Eliana de Sousa Alencar. O processo de constituir-se professor na relação objetividade-subjetividade: significações acerca da mediação social na escolha pela docência. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/841> Acesso em: 30 mar. 2020.

VASCONCELLOS, Katia Regina Teixeira; BERNARDO, Elisangela da Silva. Profissionalização docente: reflexões e perspectivas no Brasil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 208-222, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/109> Acesso em: 30 mar. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Escola, currículo e ensino. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro.; CARDOSO, Maria Helena Fernandes. (Orgs.). **Escola Fundamental: currículo e ensino**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



PRÁTICAS EDUCATIVAS, MEMÓRIAS E ORALIDADES

Rev. Pemo – Revista do PEMO



ⁱ **Scarlett O'hara Costa Carvalho**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0381-0063>

Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação

Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Especialista em Docência no Ensino Superior (UCAM)) e Graduada em Pedagogia (UECE).

Contribuição de autoria: realizou a escrita, a metodologia, coleta de dados, resultados e discussões.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8430627119122404>

E-mail: scarlettoharacc@gmail.com

ⁱⁱ **Vitória Chérida Costa Freire**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8029-5907>

Universidade Estadual do CEARÁ

Licenciada em Pedagogia (2015) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui mestrado (2017) e doutorado (2022) em Educação. Estuda e desempenha pesquisas científicas na área educacional, principalmente sobre História da Educação no Brasil e no Ceará, Educação de Mulheres, Biografia, Escola Pública e Formação de Professores.

Contribuição de autoria: escrita do texto e segunda revisão final.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3973477219174231>

E-mail: vitoriacherida91@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Como citar este artigo (ABNT):

CARVALHO, Scarlett O'hara Costa. Reflexões acerca da experiência do Estágio Supervisionado em Educação Infantil. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3510>

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2020

DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i1.3510>

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>

ISSN: 2675-519X



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.